



DE 24 A 28 OUTUBRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 339/XIII](#)

1.ª alteração à Lei n.º 33/2016, de 24 de agosto, clarificando as disposições relativas à realização de estudos financeiros, técnicos e jurídicos sobre o desenvolvimento futuro da TDT

Autoria: PS, BE, CDS-PP, PCP

[Projeto de Lei 340/XIII](#)

Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 341/XIII](#)

Alterações ao Estatuto do Gestor Público e aos regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 531/XIII](#)

Recomenda ao Governo que crie uma Lei Orgânica da Polícia Marítima, de acordo com a sua missão, competências e a sua natureza civil

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 536/XIII](#)

Recomenda ao Governo que promova as condições que potenciem e aprofundem a atração e instalação de empresas de base tecnológica, já no quadro da web summit, aproveitando as condições do centro internacional de negócios da Madeira

Autoria: PS

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 538/XIII](#)

Propõe o reforço dos assistentes operacionais das escolas e a sua adequação às necessidades, nomeadamente revendo os critérios que constam da Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro

Autoria: PCP

 **CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS**

PGR – PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

[Guia Prático](#) destinado a informar os funcionários e agentes públicos dos Estados Partes na Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a fornecer-lhes orientações práticas que permitam respeitar os direitos conferidos pela Convenção às pessoas que visam servir e cumprir as obrigações que incumbem aos Estados.

 **DIRETIVAS**

Sistema de Alerta de Diretivas

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2016 - Diário da República n.º 206/2016, Série I de 2016-10-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o sistema de alerta de diretivas

 **EDUCAÇÃO**

[Decreto-Lei n.º 65-A/2016 - Diário da República n.º 205/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-10-25](#)

Negócios Estrangeiros

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 165/2006](#), de 11 de agosto, que aprova o regime do ensino português no estrangeiro

 **ENERGIA**

[Resolução da Assembleia da República n.º 208/2016 - Diário da República n.º 204/2016, Série I de 2016-10-24](#)

Assembleia da República

Por uma política de defesa da natureza ao serviço do povo e do País

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Resolução da Assembleia da República n.º 210/2016 - Diário da República n.º 208/2016, Série I de 2016-10-28](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a regulamentação da [Lei n.º 30/2010](#), de 2 de setembro, sobre a proteção contra exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos

ERSE – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

[Diretiva n.º 18/2016 - Diário da República n.º 207/2016, Série II de 2016-10-27](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Manual de Procedimentos da Gestão Técnica Global do SNGN e disposições relativas à aplicação do seu regime transitório



FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2013](#)

[Comunicado do Banco de Portugal: Estudo sobre os custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho em Portugal](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma Regulamentar n.º 11/2016-R, de 20 de outubro](#) - Norma Regulamentar que tem por objeto a regulamentação dos procedimentos de recolha dos dados indispensáveis ao cumprimento das obrigações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões relativas à informação para a regularização de sinistros automóvel e ao controlo do cumprimento da obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel.



FISCAL

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-Circulado n.º 30183/2016, de 28/10](#) – IVA – implantes dentários e demais peças de ligação ou fixação de próteses dentárias.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PROCESSUAL

Venda por Negociação Particular

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2016 - Diário da República n.º 208/2016, Série I de 2016-10-28](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Age com abuso de direito, na vertente da tutela da confiança, a massa falida, representada pelo respetivo administrador, que invoca contra terceiro - adquirente de boa fé de bem imóvel nela compreendido - a ineficácia da venda por negociação particular, por nela ter outorgado auxiliar daquele administrador, desprovido de poderes de representação (arts. 1211.º e 1248.º do CPC, na versão vigente em 1992), num caso em que é imputável ao administrador a criação de uma situação de representação tolerada e aparente por aquele auxiliar, consentindo que vários negócios de venda fossem por aquela entidade realizados e permitindo que entrasse em circulação no comércio jurídico certidão, extraída dos autos de falência, em que o citado auxiliar era qualificado como encarregado de venda

SAÚDE / LIFE SCIENCES

[Portaria n.º 281/2016 - Diário da República n.º 206/2016, Série I de 2016-10-26](#)

Saúde

Cria o grupo de trabalho para o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do enfermeiro especialista em enfermagem de saúde familiar, no âmbito da equipa de saúde familiar e demais equipas dos cuidados de saúde primários, revogando a [Portaria n.º 8/2015](#), de 12 de janeiro, que determinou que a implementação da atividade do enfermeiro de família no Serviço Nacional de Saúde (SNS) se desenvolveria através de experiências-piloto

Centro Nacional de TeleSaúde

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2016 - Diário da República n.º 206/2016, Série I de 2016-10-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Centro Nacional de TeleSaúde

Terapêuticas Não Convencionais

[Resolução da Assembleia da República n.º 207/2016 - Diário da República n.º 204/2016, Série I de 2016-10-24](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que assegure a nulidade da interpretação feita pela Autoridade Tributária e Aduaneira relativamente à cobrança retroativa de imposto sobre o valor acrescentado nas prestações de serviços no âmbito de terapêuticas não convencionais

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

TABACO

[Portaria n.º 278/2016 - Diário da República n.º 204/2016, Série I de 2016-10-24](#)

Finanças e Saúde

Primeira alteração da [Portaria n.º 148-A/2016](#), de 23 de maio, que estabelece os formatos comuns para a comunicação e disponibilização de informações sobre produtos do tabaco e cigarros eletrónicos e recargas, bem como o valor das taxas a pagar pelos fabricantes e importadores, relativamente à receção, conservação, tratamento, análise e publicação das informações

TRABALHO E EMPREGO

[Portaria n.º 282/2016 - Diário da República n.º 207/2016, Série I de 2016-10-27](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que procede à regulamentação do modelo de acompanhamento personalizado para o emprego, bem como das modalidades e formas de execução do Plano Pessoal de Emprego (PPE), da realização e demonstração probatória da procura ativa de emprego e de outras vertentes relevantes para a concretização das obrigações

[Acórdão n.º 510/2016 - Diário da República n.º 204/2016, Série II de 2016-10-24](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 564.º, n.º 2, do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na interpretação de que concede a um ente administrativo, em sede do procedimento de contraordenação, e acrescendo à aplicação da coíma, a competência para emitir uma ordem de pagamento dos quantitativos em dívida ao trabalhador

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

[Portaria n.º 280/2016 - Diário da República n.º 206/2016, Série I de 2016-10-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Administração Interna, Justiça, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Regula o procedimento de análise retrospectiva das situações de homicídio ocorrido em contexto de violência doméstica

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 22/2016/A - Diário da República n.º 206/2016, Série I de 2016-10-26](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Comércio Externo

Regulamento de Execução (UE) 2016/1821 da Comissão, de 6 de outubro de 2016, que [altera o anexo I do Regulamento \(CEE\) n.º 2658/87 do Conselho relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum](#)

Fundo Europeu de Desenvolvimento

Decisão (UE) 2016/1909 do Conselho, de 28 de outubro de 2016, relativa às [contribuições financeiras a pagar pelos Estados-Membros para financiar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, incluindo a terceira parcela de 2016](#)

Normas Internacionais de Contabilidade

Regulamento (UE) 2016/1905 da Comissão, de 22 de setembro de 2016, que [altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 15](#)

Produtos de Investimento com Base em Seguros

Regulamento Delegado (UE) 2016/1904 da Comissão, de 14 de julho de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à intervenção sobre produtos](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Parecer do Banco Central Europeu, de 12 de setembro de 2016, sobre uma [proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(UE\) n.º 345/2013 relativo aos fundos europeus de capital de risco e o Regulamento \(UE\) n.º 346/2013 relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social](#)

[Retificação das versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#)

BANCO CENTRAL EUROPEU

[Situação financeira consolidada do Eurosistema em 21 de outubro de 2016](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Auxílios estatais: a Comissão aprova um apoio público no montante de 60 milhões de euros para os autocarros respeitadores do ambiente e para as infraestruturas conexas em Portugal](#)

A Comissão Europeia considerou que o projeto português que visa apoiar a aquisição de autocarros com baixo nível de emissões para infraestruturas públicas nas zonas urbanas respeita as regras da UE em matéria de auxílios estatais. A medida contribui para a redução das emissões de CO₂, limitando, ao mesmo tempo, as distorções da concorrência no mercado único.

[Comissão propõe importante reforma do imposto sobre as sociedades para a EU](#)

A Comissão anunciou a intenção de rever a tributação das empresas no mercado único, promovendo um sistema de tributação das sociedades justo e favorável ao crescimento.

[Comissão Juncker adota terceiro programa de trabalho anual: Realizar uma Europa que protege, capacita e defende](#)

O Programa de Trabalho da Comissão para o próximo ano centra-se claramente na concretização das 10 prioridades enunciadas nas Orientações Políticas, visando dar resposta aos maiores desafios que a Europa enfrenta atualmente.

[Comissão recomenda o prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas por um período limitado de três meses](#)

A Comissão Europeia apresentou uma recomendação, que deve ainda ser adotada pelo Conselho, no sentido de prolongar os controlos proporcionados que foram reintroduzidos, em conformidade com a recomendação do Conselho de 12 de maio, em determinadas fronteiras internas do espaço Schengen na Áustria, na Alemanha, na Dinamarca, na Suécia e na Noruega, por um período suplementar de três meses. Embora se verifique uma estabilização gradual da situação, a Comissão considera que as condições do [roteiro «Restabelecer Schengen»](#), que visam restabelecer o funcionamento normal do espaço Schengen, ainda não estão totalmente reunidas.

[Nova política espacial da Comissão coloca a tónica na melhoria da vida quotidiana das pessoas e no reforço da competitividade europeia](#)

Os programas espaciais da UE já prestam serviços que beneficiam milhões de pessoas. A indústria espacial europeia é forte e competitiva, e gera emprego e oportunidades de negócio. A proposta para uma nova política espacial fomentará novos serviços e promoverá a liderança europeia no espaço.

[Quadro de indicadores relativo aos Transportes 2016: a UE em ação para reforçar o mercado interno](#)

A Comissão Europeia publicou a edição de 2016 do «Quadro de indicadores relativo aos transportes na UE», uma referência que compara o desempenho dos Estados-Membros no que diz respeito a 30 categorias que abrangem todos os aspetos de transporte.

O objetivo do «[Quadro de indicadores](#)» consiste em ajudar os Estados-Membros a identificar domínios que requerem investimentos prioritários e medidas. Mostra como a UE continua a aprofundar o mercado interno no domínio dos transportes e promove a [transição para uma mobilidade com baixo nível de emissões](#), que são duas prioridades da Comissão Juncker.

[O reforço por parte da UE do apoio aos microempresários fez com que se alcançassem os mil milhões de EUR](#)

Desde que a UE iniciou as suas iniciativas de microfinanciamento, foram assinados mais de 100 acordos com instituições de microfinanciamento destinados a apoiar mais de 100 000 microempresários em 23 Estados-Membros da UE.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Consulta pública

Assuntos aduaneiros

[Consulta pública sobre as regras em matéria de importação de bens culturais](#)

28.10.2016 – 23.01.2017

Reutilização de água na UE

[Consulta pública sobre opções estratégicas para estabelecer requisitos mínimos de qualidade relativos à reutilização de água na União Europeia](#)

28.10.2016 – 27.01.2017



CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Ambiente

[Financiamento da luta contra as alterações climáticas: contribuições da UE e dos Estados-Membros atingem 17,6 mil milhões de euros em 2015](#)

As contribuições financeiras da UE e dos Estados-Membros para a atenuação e adaptação das alterações climáticas nos países em desenvolvimento ascenderam a 17,6 mil milhões de euros em 2015, um aumento significativo em relação a 2014.

Orçamento da UE

[Orçamento da UE para 2017: Conselho não pode aceitar alterações do PE](#)

O Conselho não pode aceitar as alterações do Parlamento Europeu ao orçamento da UE para 2017.



PARLAMENTO EUROPEU

[Um rótulo de identificação para empresas europeias que respeitem os direitos humanos](#)

Um rótulo de identificação que indique o respeito pelos direitos humanos em toda a cadeia de produção de um produto é uma das propostas incluídas no relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre a responsabilidade das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros.

[Deve a UE rever a sua política de defesa?](#)

“A União deveria dedicar recursos próprios à promoção de uma maior e mais sistemática cooperação europeia no domínio da defesa entre os Estados-Membros” segundo um relatório votado pelos eurodeputados da Comissão dos Assuntos Externos. Numa altura em que a UE enfrenta múltiplos desafios será suficiente o atual modelo de defesa baseado na NATO ou devem os Estados-Membros da UE investir nas suas próprias capacidades militares?

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Parlamento Europeu apela a medidas da UE e dos Estados-Membros contra a corrupção](#)

O Parlamento Europeu quer que o atual ciclo político da UE inclua entre as suas prioridades a luta contra a corrupção e o branqueamento de capitais, propondo uma série de medidas para combater estes fenómenos criminosos. Os eurodeputados referem, por exemplo, os casos de corrupção no domínio dos contratos públicos e das parcerias público-privadas, o branqueamento de capitais através da compra de imóveis nos Estados-Membros da UE, os paraísos fiscais e a viciação de resultados desportivos.

[Parlamento Europeu recomenda estação de abastecimento de navios com GNL nos Açores](#)

O arquipélago dos Açores, devido à sua localização geográfica, “pode funcionar como uma importante estação de combustível para as rotas transatlânticas de gás natural liquefeito” (GNL), diz um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu. Os eurodeputados pedem à Comissão que disponibilize fundos de apoio a projetos europeus com esta finalidade e que crie um projeto comum de “corredores azuis de GNL para ilhas” no setor marítimo.

[Pescas: PE propõe controlos mais eficazes e proteção da pesca costeira e artesanal](#)

O Parlamento Europeu aprovou recomendações para a revisão do regulamento sobre o controlo das pescas, prevista para 2017. Os eurodeputados defendem um tratamento igualitário dos pescadores nos vários países da UE, uma aplicação uniforme das inspeções e exige que esta revisão seja efetuada em conjunto com o setor pesqueiro, “especialmente o setor da pesca costeira, tradicional e artesanal, cuja proteção e promoção deve ser o objetivo de qualquer nova legislação”.

[Eurodeputados propõem um pacto da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais](#)

A Comissão deve apresentar, até setembro de 2017, uma proposta para a criação de um “Pacto da União para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais”, que inclua uma dimensão preventiva e corretiva, um ciclo semelhante ao Semestre Europeu de coordenação das políticas orçamentais e relatórios específicos por país. A recomendação é feita num relatório de “iniciativa legislativa” aprovado pelo Parlamento Europeu

[Eurodeputados saúdam novas propostas sobre a tributação das sociedades](#)

O comissário europeu para a Fiscalidade, Pierre Moscovici, apresentou aos eurodeputados um novo pacote sobre a tributação das sociedades, incluindo uma proposta sobre uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, há muito requerida pelo PE. A maioria dos eurodeputados considera que esta proposta é um passo na direção certa, pedindo mais ambição na luta contra a elisão fiscal e apelando aos Estados-Membros para que cheguem finalmente a um acordo nesta matéria.

[Serviços públicos na Internet vão passar a ser mais acessíveis a pessoas com deficiência e a idosos](#)

O Parlamento Europeu aprovou as primeiras regras à escala da UE para tornar os sítios Web e as aplicações móveis (“apps”) da administração pública, hospitais, tribunais, universidades e outros organismos do setor público acessíveis a todos, em especial às pessoas com deficiência e aos mais idosos. A nova diretiva visa facilitar o acesso destas pessoas à informação e aos serviços públicos na Internet, contribuindo para uma sociedade inclusiva e para a concretização do mercado único digital.

[Orçamento UE 2017: PE quer mais dotações para o emprego dos jovens e a competitividade](#)

O Parlamento Europeu aprovou a sua posição sobre o orçamento da UE para 2017. Os eurodeputados rejeitam os cortes feitos pelo Conselho ao projeto de orçamento da Comissão e propõem o aumento das dotações em áreas que consideram prioritárias, como a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, o crescimento, a migração e a segurança.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

A reforma do setor florestal constitui uma prioridade da política do XXI Governo no quadro da valorização do território nacional. Sendo a floresta um ativo de enorme relevância estratégica para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade ambiental, é necessário reavaliar e reformular as políticas públicas tendo em vista uma reforma do setor que proteja os seus recursos e promova os seus ativos.

[Comunicado na íntegra](#)



CARLOS NORONHA FEIO

(detalhe)

S/título, 2009

Óleo s/ tela

(6) 50 x 30 cm

Obra da Coleção da Fundação PLMJ

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011